

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A ATUAÇÃO EM SALA DE AULA

TOMAZELI, Amanda<sup>1</sup>  
VARELA, Ana Paula Costa<sup>1</sup>  
SBARDELOTTO, Dirleia Aparecida<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo teve como objetivo analisar a preparação profissional dos professores na inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Dessa forma discute ideias que se interliguem à formação docente para a prática inclusiva. São analisadas as contribuições de um programa de formação de professores frente à sua prática pedagógica junto aos alunos com deficiência, que visem a privilegiar alunos com ou sem necessidades especiais, de modo que contribua para o desenvolvimento integral desses alunos. A inclusão na educação é um processo paulatino, dinâmico e em constante transformação, e o problema aqui tratado é como se forma o profissional que irá lidar com esse processo, no caso, o professor, e, como a falta de conhecimento e de preparo do docente diante das leis da educação inclusiva, síndromes, transtornos e deficiências dificultam o alcance dos objetivos do trabalho pedagógico. Assim é necessário conhecer a história da inclusão educacional, as propostas legais e as políticas públicas para a educação inclusiva no Brasil, seus desdobramentos e suas propostas educacionais. Visa também compreender e analisar a formação acadêmica do profissional de educação na relação entre o referencial teórico e legal da inclusão educacional com a prática em sala de aula. Como metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica com base em materiais existentes que abordam o tema, disponibilizados em livros, em dissertações, teses e artigos nacionais, em *sites* de órgãos governamentais e de bases de dados científicos, disponibilizados na *internet*. Assim, tal estudo mostra que muitas são as dificuldades encontradas no processo de implantação de educação inclusiva no Brasil, porém o despreparo dos profissionais de educação é o que mais nos chama a atenção, sendo o fator mais preocupante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva. Formação de Professores. Necessidades Especiais.

**ABSTRACT:** This study had as an objective analyzes the teachers' professional teachers in inclusion of students with deficiency in regular education. In this way is necessary that is discussed on ideas that are interconnected to the educational formation for the inclusive practice. The contributions of a teacher training program in front of its pedagogical practice are analyzed with students that has deficiency you/they seek to privilege students with or without special needs, so that it contributes to those students' integral development. The inclusion in education is a slow and dynamic process in constant transformation, and the problem is how it forms the professional that will work with this process, in this case, the teacher, and as the knowledge lack and preparation of the teachers in the face of the laws of inclusive education, syndromes, disorders and deficiencies make difficult the attainment of the objectives of the pedagogical work. It is like this necessary to know the history of the education inclusion, the legal proposals and public politics for the inclusive education in Brazil, their unfoldings and their education proposals. It's to understand and analyze the education professional's academic formation in the relation between the theoretical and legal reference of the educational inclusion with the practice in classroom. As methodology, the bibliographical research was done based on materials that talk about the theme, available in books, in dissertations, theories and national goods, on government websites and scientific data, made available on internet. This study

<sup>1</sup>Graduandas no curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz – tomazeli-@hotmail.com

<sup>2</sup>Professora Orientadora Dirleia Aparecida Sbardelotto – dirleia@fag.edu.br

shows that there is a lot of difficulties found in the process of implementing inclusive education in Brazil, however the education professionals' unpreparedness is what most appeals to us and is the most worrisome factor.

**KEY-WORDS:** Inclusive Education. Teacher Training. Special Needs.

## INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência está aumentando a cada ano no Brasil, levando em consideração que, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), de 2010, 24% da população apresentam algum tipo de deficiência, exige-se cada vez mais de políticas públicas. A relevância da abordagem desse tema surgiu a partir do entendimento da importância de se trabalhar a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular.

A incumbência da inclusão das crianças na escola vem carregada de ideias que superam a inovação educacional. É um ato de reconhecer o valor de cada pessoa nas suas características, partindo do princípio que todos têm suas peculiaridades.

A partir do surgimento do termo inclusão no âmbito escolar, exige-se uma inovação educacional. Dentre várias exigências está a formação de professores para atuarem na educação inclusiva. Baseado na legislação, e com um olhar direcionado a essa exigência, a presente pesquisa discute ideias que se relacionem à formação docente para a prática inclusiva, que visem a privilegiar alunos com ou sem necessidades especiais, de modo a contribuir para o integral desenvolvimento desses alunos.

Observa-se na realidade educacional, algumas dificuldades para profissionais em lidar com a educação inclusiva, seja ela por falta de preparo ou por uma mentalidade de que não conseguirão atingir o objetivo proposto.

Diante dessa situação, questiona-se: A preparação profissional do professor é suficiente para uma real inclusão de alunos com deficiência no ensino regular?

Partindo da dificuldade de que apesar da inclusão, da autonomia e da valorização do conhecimento e dos profissionais de educação sejam condições prioritárias na educação e pautadas em leis, o dilema na educação e a inclusão fazem parte de um conceito que cada profissional vivencia em seu dia a dia.

A compreensão sobre a necessidade de inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular, por parte dos professores, faz-se mais aberto para essa questão. Porém, é notória a resistência de alguns professores da Educação Infantil em aceitar a inclusão, embora em seu discurso, alegarem ser abertos a essa modalidade.

Assim essa pesquisa teve caráter bibliográfico, exploratório e descritivo, na qual inicialmente foi pesquisado os conceitos de inclusão, em seguida, destacar-se-á a importância

da formação continuada, a posição dos professores e as políticas públicas criadas para a inclusão e manutenção dos alunos com necessidades especiais no ensino regular. Como pesquisa bibliográfica Lakatos e Marconi, afirmam “(...) trata-se de um levantamento de toda bibliografia já publicada, em fontes de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto. (LAKATOS E MARCONI, 1990, p. 43).

Já para Gil, ele nos ressalta a principal vantagem sobre o conhecimento científico no cunho bibliográfico, em que diz “o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos. O que não quer dizer que as pesquisas exploratórias e descritivas não são importantes, porque quase sempre constituem prévia etapa importante para se explicar cientificamente”. (GIL, 1987, p. 28).

Diante disso, esse estudo teve como objetivo, analisar a preparação profissional dos professores na inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

## **DESENVOLVIMENTO**

Segundo o portal do MEC (Ministério da Educação e Cultura), a proposta da Educação Inclusiva resulta em mudanças nas estruturas e sistemas de educação, ou seja, a criação de um novo padrão na educação baseado na construção de conhecimentos e no respeito à diferença. (MEC, p. 9).

Segundo Mantoan, compreende-se por Educação Inclusiva como uma mudança institucional que consiste no fim dos iguais x diferentes, normais x deficientes, ou seja, é uma educação livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

Diferente do que é pensado, educação inclusiva não é a mesma coisa que educação especial, a autora supracitada diz que:

“educação especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de necessidades especiais, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino, ou seja, uma modalidade de ensino para pessoas com deficiência ou altas habilidades, já educação inclusiva é o processo educativo e deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível da regular, ou seja, uma modalidade de ensino para todos.” (MANTOAN, 2003).

A história da Educação Especial, segundo Rogalski (2010), teve seu início traçado no século XVI, com profissionais de Medicina e Pedagogia que, contrapondo-se os conceitos que vigoravam no período, viam os sujeitos como impossibilitados de absorver conhecimentos

pedagógicos. Do ponto de vista pedagógico, e diante de uma sociedade em que a educação formal era direito só de alguns, desenvolveu-se projetos baseados em manuais, em que os mesmos, eram professores de tais crianças.

A autora relata ainda que se tratava de um período em que a segregação era justificada pela crença de que a pessoa denominada diferente deveria ficar sob os cuidados domiciliares, sem acesso aos demais, pois assim seria mais bem tratada e protegida, assim como a sociedade se protegeria dos ditos anormais. Já no século XIX, as coisas começaram a mudar, as classes especiais no ensino regular começaram a incluir a educação especial, para onde os alunos mais complexos seriam encaminhados. Lentamente, o acesso à educação para esses alunos começou a ser conquistado. Na metade do século XX, apareceu uma definição mais clara e aberta sobre os tais problemas de educação de pessoas com deficiência, eram decorrência também da criação de indústrias de reabilitação para cuidar das vítimas da guerra.

Desse modo, a educação especial foi estabelecendo-se como um sistema que caminhava lado a lado ao sistema educacional regular, até que, por motivos diversos, surgiram as ideias de unir as propostas de educação e torná-las uma só. Nos anos 60, os movimentos sociais pelos direitos humanos se fortaleceram, conscientizaram e sensibilizaram a sociedade, mostrando os efeitos negativos da marginalização de pessoas com necessidades especiais, tornando a discriminação uma prática inaceitável.

A partir do processo de democratização da educação, começou-se a discutir sobre a Educação Especial no Brasil, o que levou as autoridades governamentais a implantar turmas especiais em instituições públicas e privadas. Ao expandir a esfera de inclusão, os educadores acabam por sofrer pressões para tornar possível o processo de inclusão que aconteceu de forma rápida e precisa.

Incluir os alunos com deficiências de alto grau, nas turmas de educação regular, eleva a consciência de cada interrelacionado da escola como uma comunidade. É o que nos relata (STAINBACK E STAINBACK, 1999, p.48).

Para Sassaki (1997), o processo de inclusão é a adaptação da sociedade para que aconteça a referida inclusão, em todos os sistemas, e que essa sociedade se prepare para receber os inclusos para atuar em diversos papéis sociais. Dessa forma, a pessoa com necessidades especiais sentir-se-á um indivíduo que cresce e se desenvolve pela sua educação e qualificação para o trabalho. Em relação a essa questão pode-se dizer que:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços interno e externo, equipamentos, aparelho e utensílio, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais. (SASSAKI, 1997, p.42).

A educação especial surgiu após incansáveis lutas, organizações e leis que favoreciam os deficientes, e começou a se fortalecer a partir da Declaração de Salamanca (1994), da aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei das Diretrizes e Bases 9.394/1996.

Assim com a LDB (Leis de Diretrizes e Bases) de 1996, há uma pequena evolução no quesito da Educação Inclusiva e esta é definida como modalidade de educação escolar oferecida aos alunos especiais.

Já Sasaki (2002) esclarece que, no início dos anos 70, o movimento de integração social passou a ser discutido, quando a intenção era tornar o indivíduo com deficiência um membro da sociedade em uma visão ampla.

A Educação Inclusiva tem como característica uma política de justiça social que promove aos alunos com necessidades especiais um conceito mais amplo, que é o da Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (1994, p. 17- 18).

O movimento pela inclusão é um processo lento e com resistências, e muitos brasileiros com necessidades especiais, esperam se beneficiar para participar ativamente em todos os âmbitos da sociedade. A educação Inclusiva teve início nos Estados Unidos, após a promulgação do Ato da Educação para Todas as Crianças “Portadoras” de Deficiências (termo não mais utilizado) de 1975, a PL 94.142, consequência das lutas sociais de pais e alunos com deficiência, que pleiteavam o acesso de seus filhos às escolas de qualidade. (STAINBAK E STAINBAK, 1999, p.36).

Tem-se também as siglas que são muito utilizadas para abreviações de palavras de alunos com necessidades especiais mais usados como: PNE – Pessoa com Necessidades Especiais, EE – Educação Especial, DF – Deficiência Física, DM – Deficiência Mental, DI – Deficiência Intelectual, DV – Deficiência Visual e PCD – Pessoa com Deficiência.

O receio de que os benefícios não atingissem as pessoas com necessidades especiais fez com que os movimentos tomassem uma proporção maior para que tivessem a certeza da inclusão.

Os autores supracitados enfatizam o que se esperava na inclusão de PNE no ensino regular.

Na esperada expansão da inclusão, será necessário monitorar os efeitos da restrição financeira que está se tornando uma marca dos nossos tempos. A inclusão não é, nem deve se tornar, uma maneira conveniente de justificar cortes orçamentários que podem pôr em risco a provisão de serviços essenciais. A inclusão genuína não significa a inserção de alunos com deficiência em classes do ensino regular sem apoio professores ou alunos. Em outras palavras, o principal objetivo do ensino inclusivo não é economizar dinheiro, é servir adequadamente a todos os alunos. (STAINBAK e STAINBAK, 1999, p.30).

Diante disso, a Declaração de Salamanca (1994), visa garantir que, no contexto e numa mudança sistemática, os programas de formação de professores, tanto em nível inicial como em serviço, incluam a respostas às necessidades educativas especiais nas escolas inclusivas.

Segundo Araújo (1998, *apud* GONÇALVES, 2002, p. 1):

“[...] a escola precisa abandonar o modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto nas relações interpessoais.”

Olhar para o aluno incluso deve fazer parte da formação do professor. Valorizar o aluno como indivíduo e utilizar metodologias adequadas fazem com que esse aluno se desenvolva de maneira mais plena. Torna-se importante que o professor, antes de entrar para atuação em sala de aula com algum aluno PNE, seja instrumentalizado, para assim, atender às peculiaridades apresentadas pelo mesmo.

Com a falta desse aprendizado, quem sofre as consequências são os alunos e toda a sociedade, pois o professor precisa fazer algumas intervenções para o desenvolvimento desse indivíduo e responder às suas necessidades de forma adequada. Vale ressaltar que com a inclusão educacional, é necessário o envolvimento de toda a equipe escolar: docentes, diretores e funcionários, cada qual com sua função, que é primordial para o desenvolvimento do aluno. Aranha (2000, *apud* SANT'ANA, 2005, p. 2) diz que “cabe aos diretores escolares tomar as devidas providências - de caráter administrativo - correspondentes e essenciais para efetivar a construção do projeto de inclusão”, assim fazendo com que toda a instituição dê continuidade ao trabalho já começado.

Nesse contexto, a formação docente no Ensino Superior justifica-se como necessária para que haja mudanças significativas na educação. Levando em conta o contexto do ensino inclusivo, em todos os segmentos, para que não cause consequências negativas para o sistema educacional. A Educação Inclusiva não se faz com o professor detentor do conhecimento,

introduzir metodologias/métodos diferentes em sua aula para se trabalhar com o indivíduo incluso, mas sim, meios que trabalhe com a sala em um todo, pois a aprendizagem dos mesmos vai além da metodologia aplicada.

É importante enfatizar que, em linhas gerais, o desenvolvimento do aluno é resultado da formação recebida pelos professores. (LIBÂNEO, 1998).

Deve-se focar no ensino inclusivo na formação docente, porém não somente focar nas necessidades especiais sem aprofundamento reflexivo, para evitar um pensamento de segregação. É o que destaca Bueno:

Inserir uma disciplina ou preocupar-se com conteúdos sobre crianças com necessidades educativas especiais pode redundar em práticas contrárias aos princípios e fundamentos da educação inclusiva: a distinção abstrata entre crianças com condições de frequentar o ensino regular e as que não as possuem tais condições, e a manutenção de uma escola que, através de suas práticas, tem ratificado os processos de exclusão e de marginalização de amplas parcelas da população escolar brasileira. (BUENO, 1999, p. 18).

Segundo a referência do autor supracitado, se houver sincronismo entre o trabalho do professor da educação regular e a atuação do professor especializado, a prática do trabalho nas duas áreas seria sistemática no que se refere às necessidades específicas.

A Declaração de Salamanca é um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

A legislação traz como um ponto importante a aprovação da LDB 9.394/96, que tem por objetivo dar início a um projeto de mudanças em todos os níveis da Educação Básica, assim como o Ensino Superior.

A Proposta das Diretrizes para a Formação de Professores para a Educação Básica margeia as normas para que o profissional da educação desenvolva um papel diante das novas concepções de educação na atualidade.

É importante salientar que a LDB (1996), em seu Artigo 59, enfatiza a relevância em se formar educadores que atendam às necessidades especiais em toda e qualquer modalidade de ensino.

O Plano Nacional de Educação (MEC, 2000), propõe a integração entre professores da Educação Especial e da educação regular como uma das ações necessárias para efetivação da educação inclusiva. E acrescenta em seu Artigo 8º, que a escola regular deve organizar as classes para que tenham professores capacitados e especializados para o atendimento às necessidades especiais.

A Convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto Federal nº 3.956/2001, afirma que as PCD, têm os mesmos direitos que as demais pessoas, e define como discriminação baseando-se na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

A educação inclusiva é parte de um movimento abrangente da inclusão social. De um modo geral, os professores tendem a ser favoráveis à educação inclusiva, a ideia de uma educação igual para todos, porém necessitam de uma formação especializada, para que na prática não se transformem em alunos distintos dos demais, e que ao misturar os alunos, julguem suas dificuldades como incapacidades.

Os autores Thomas, Walker & Webb (1998, *apud* SANCHES, 2007 p. 3) define a escola inclusiva como uma escola que “reflete a comunidade; não seleciona, não exclui, não rejeita; não tem barreiras, acessível a todos, em termos físicos e educativos, pratica a democracia, a equidade”. Assim, propondo a educação que, em escolas regulares, deve proporcionar meios mais capazes de acabar com as atitudes discriminatórias, criando e vivenciando uma sociedade aberta e solidária, pois a ideia chave para a questão da escola inclusiva é que deve ser para todos, independentemente de sexo, cor, religião, origem, cultura, condição física, social ou intelectual.

O Brasil é um país de várias culturas, todas com a mesma importância, assim como atitudes e costumes, a forma de absorção de conhecimentos deve ser levada em conta e respeitada no contexto escolar. Os educadores devem estar cientes de que o preconceito se constrói dia a dia, e que este não é privilégio dos adultos, as crianças também olham para as diferenças com desdém. A influência dos familiares pode ser positiva ou negativa, as crianças tendem a reportar o que veem e o que aprendem em casa.

Corroborando Aquino (2000 *apud* Cantarelli & Genro, p. 282), expondo que

Se não atentamos contra a vida alheia de modo explícito, podemos fazê-lo de modo indireto, por exemplo, violando a integridade alheia, por meio de constrangimentos velados ou uma infinidade de micro-agressões – sacralizando, assim, um estado de tensão constante entre os protagonistas da ação escolar. Ou então, mais indiretamente ainda, corrompendo e sabotando a autoestima e a autoconfiança do outro, fazendo-o se sentir inadequado, incapaz, impostor.

Nesse caso, o professor deve ter o conhecimento e o preparo para trabalhar com o aluno e este deve se entender a família, para que em sala de aula, o resultado seja efetivo.

Em uma turma com PNE, deve-se iniciar falando sobre os três conceitos fundamentais: Preconceito: julgamento ou uma ideia formada de um determinado povo; Discriminação: quando o preconceito é exteriorizado em ações e atitudes que invadem os direitos das pessoas por motivos injustos; Racismo: superioridade de determinadas etnias em relação às demais.

Cada conceito deve ser abordado cabendo ao nível de ensino dos educandos, deixando claro sobre saber trabalhar em coletividade, sendo que muitos irão perceber que não existe motivo para a exclusão de nenhum indivíduo, pois cada um tem seus defeitos e suas qualidades.

De acordo com pesquisas relacionadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB (Portaria nº 931/2005), entende-se que as práticas pedagógicas não estão favorecendo os resultados desejados na atual legislação do país com relação à inclusão educacional. Esse efeito incomoda aqueles profissionais comprometidos com a educação e que almejam uma de qualidade e a inclusão de fato.

A formação continuada se refere a um aprendizado dentro da jornada de trabalho, durante os encontros pedagógicos, e também em encontros fora dessa jornada, como congressos, palestras e cursos. Segundo Libâneo (2004), as ações de acompanhamento que as Secretarias de Educação promovem são parte integrante do processo de formação continuada, e tem como objetivos apresentar as diretrizes gerais de trabalho, programas de atualização e aprimoramento profissional e oferecer os suportes especializados de necessidade do aluno e do professor.

De acordo com Brum (2009), quando se fala em formação continuada, lembra-se logo daquele profissional mais negligente, que não quer se incomodar, e prefere manter-se no seu trabalho básico do dia a dia. Ele não tem uma perspectiva de evolução nem na sua profissão e nem na sua vida, acomoda-se com o que tem e com o que oferecem, e ainda critica aqueles que querem lutar e se esforçam por uma educação efetiva.

Gadotti (2000), com um olhar atento às necessidades e transformações na educação, para que esta seja de fato de qualidade, diz-nos que são nas lutas diárias que as mudanças vão acontecer, e que aos poucos, sem perceber, chegamos a grandes mudanças, porém o esforço deve ser contínuo e com paciência, auxiliando as dificuldades existentes de toda a equipe. A formação continuada traz esse entendimento e conhecimento para uma melhor atuação em sala de aula e garante ao professor um estudo dentro do seu horário de trabalho, junto com seus pares, para que se discutam práticas e experiências.

Para que atinja o objetivo de uma formação continuada efetiva, Libâneo (2004, p. 78) afirma que:

A formação continuada é uma maneira diferente de ver a capacitação profissional de professores. Ela visa ao desenvolvimento pessoal e profissional mediante práticas de envolvimento dos professores na organização da escola, na organização e articulação do currículo, nas atividades de assistência pedagógico-didática junto com a coordenação pedagógica, nas reuniões pedagógicas, nos conselhos de classe, etc. O professor deixa de estar apenas cumprindo a rotina e executando tarefas, sem tempo de refletir e avaliar o que faz.

É de grande importância, nos cursos de graduação em Pedagogia, a análise e o entendimento sobre as disciplinas de Educação Especial, seu ensino e as atividades a serem utilizadas no dia a dia. Mas sabemos que isso não é sucesso em Universidades, segundo a grade Curricular do curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz, do ano de 2015, apenas no 7º e 8º período têm um pouco desse conhecimento, totalizando 108 horas nas disciplinas de Educação Especial e Inclusão e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Sabe-se que não se dá todo o conhecimento que deveria ter em uma formação, pois segundo a Lei 10436/02, nos diz em seu Parágrafo único que, “Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil”, com esse entendimento da Lei acima e pensando nos dados da Organização Mundial de Saúde, os cursos de graduação devem ter sim, um maior aprofundamento em Educação Especial, para assim, haver qualificação para trabalhar com esse público.

Ainda, existem recursos para se aprofundar no ensino dessas disciplinas tão importantes, pois na escola regular, nos dias atuais, duas a cada sete salas de aula, têm a inclusão. Recursos esses que apresentam em cursos de Pós-Graduação, com uma especialização na área de atuação para quem já tem um curso superior. Muitos optam por ter um aumento de salário, já para outros, é para ter um melhor entendimento dos estudos e focar na sua área de atuação. Essas especializações têm, em média, de 6 a 18 meses de duração, outras podem chegar até 24 meses, variando muito de cada área de especialização, tendo as modalidades a distância, semipresencial e presencial, com sua maior vantagem à ampliação de seus conhecimentos e o salto na carreira.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o objetivo do estudo, que foi de analisar a preparação do profissional, detectou-se que é necessário reconhecer que o Brasil tem uma base de sustentação legal que deveria colaborar para que as transformações na educação ocorressem de forma crescente de inserção de práticas e de conhecimentos. Garantir uma formação docente de qualidade é uma necessidade e um desafio que se apresenta a todo o professor que tenha a educação como um direito e não como um privilégio, e nela está inserida a inclusão.

A inclusão, vista como um processo, para se tornar real, necessita do comprometimento dos profissionais de educação, estrutura física, políticas públicas, reestruturação dos sistemas educacionais e de conhecimentos para que realmente inclua o aluno com deficiência à escola

regular, pois inclusão sem estrutura para desenvolvimento não passa de uma inclusão física. Essa afirmação demonstra que o processo de inclusão depende de várias áreas.

Conclui-se também que muitos professores, apesar de apoiarem a inclusão, sentem-se despreparados e incapazes para acolher esses estudantes e, principalmente, para trabalhar com propostas que atendam às necessidades, expectativas e demandas próprias de cada um. A constatação de tais dificuldades não deve ser vista como um fracasso, mas um incentivo para que se construa uma educação de qualidade e para todos.

Assim, sugere-se mais estudos sobre a formação de professores, a fim de que a partir do processo acadêmico, o professor sinta-se capaz de assumir a inclusão como parte do processo educacional.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A. *et al.* **Pesquisa qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria do custos de transação em artigos apresentados nos congressos da saber (2007-2011).** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032013000400007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400007)>. Acesso em 01 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10436 de 24 de Abril de 2002.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)>. Acesso em 24 agos. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 30 abri. 2018.

BRUM, T. Q. **Formação continuada sobre o tema educação inclusiva – Perspectiva dos gestores.** Disponível em: <[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1276/Brum\\_Thagia\\_Quevedo.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1276/Brum_Thagia_Quevedo.pdf?sequence=1)> Acesso em: 22 set 2018.

BUENO, J. G. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: princípios e desafios.** *Revista Mediação*, n. 1, p. 22-28, 1999b.

**Como funciona uma pós-graduação? Entenda a diferença entre MBA, Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado.** Disponível em: <<http://blog.unipe.br/pos-graduacao/como-funciona-uma-pos-gradua%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 24 de ago. 2018.

CANTARELLI, J. M.; GENRO, M. E. H. **Professores e diversidade na sala de aula: Desconstruindo preconceitos e potencializando cidadania.** Disponível em: <<file:///C:/Users/anapa/Downloads/5243-34656-1-PB.pdf>> Acesso em: 22 set 2018.

CROCHIK, J. L. *et al.* **ATITUDES DE PROFESSORES EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932009000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100005)> Acesso em 21 mai. 2018.

Dicionário. **Declaração de Salamanca.** Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em 19 abr. 2018.

DUARTE, V. M. N. **Pesquisa quantitativa e qualitativa.** Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>>. Acesso em 18 jun. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã.** 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2000. 78 p. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 24).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987.

GONÇALVES, Alexandre C.; DE CARVALHO, Karyna R.; GONÇALVES, Andressa de S. **Educação e diversidade.** 2002.

GRADUARTE. **Entenda quanto tempo dura uma pós-graduação e planeje-se.** Disponível em: <<https://graduarte.com.br/blog/quanto-tempo-dura-uma-pos-graduacao/>>. Acesso em 23agos. 2018.

Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial. **Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2018.

LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos, 3 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. Ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004. 319 p.

MANTOAN, Maria Tereza Egler, **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** SP: Moderna, 2003. Disponível em: <<https://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva-um-passo-a-passo-para-a-inclusao-escolar>>. Acesso em 21 set 2018.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais DEFICIÊNCIA FÍSICA.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>>. Acesso em 21 set 2018.

PLETSCH, M. D. **A Formação de professores para a educação inclusiva:** Legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisa. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602009000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010)> Acesso em 14 mai. 2018.

**Quais as vantagens de uma pós-graduação?** Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/pos-graduacao/quais-as-vantagens-de-uma-pos-graduacao/>>. Acesso em 23 de agos. 2018.

ROGALSKI, S. M. **Histórico do Surgimento da Educação Especial.** Disponível em: <[https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168\\_1.pdf](https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf)>. Acesso em 30 abr.2018.

SANCHES, Isabel; TEODORO, Antônio. **Procurando indicadores de educação inclusiva:** as práticas dos professores de apoio educativo. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 20, n. 2, p. 105-149, 2007.

SANT'ANA, Izabella Mendes. **Educação Inclusiva:** concepções de professores e diretores. **Psicologia em estudo**, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2006.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2018.